



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
2ª Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG2

EXAME

DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90154/2024/SUPEL/RO

Processo Nº: 0004.010417/2023-45

Objeto: Registro de preços, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE VIATURAS: VEÍCULO TIPO VAN**, visando atender as demandas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - CBMRO e demais órgãos e/ou entidades participantes.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, através da Pregoeira nomeada por meio da Portaria nº 174 de 07 de julho de 2025, publicada no DOE do dia 8 de julho de 2025, vem neste ato responder ao pedido de esclarecimento enviado por e-mail por empresa interessada.

Considerando que o questionamento refere-se a aspecto técnico previamente definido pela Unidade Gestora no Termo de Referência, o referido questionamento foi encaminhado a demandante – CBM-CPOFCOMPRAS - Seção de Compras, que se manifestou nos seguintes termos:

1. QUESTIONAMENTO – Empresa "A" (0063549213)

"[...]"

CONTEXTO DO QUESTIONAMENTO O edital prevê a isenção de IPI para as 4 unidades destinadas ao CBMRO, com base na Lei nº 8.058/90 e Decreto nº 7.212/10. Contudo, a legislação estabelece que essa isenção se aplica apenas às "saídas de estabelecimento industrial", não se estendendo aos revendedores ou concessionários.

1. FORMAÇÃO DE PREÇOS Como precificar a proposta considerando a isenção?

Dado que:

- O edital adota o critério de menor preço por item
- A isenção não beneficia diretamente a concessionária
- É vedada a apresentação de preços diferenciados

Questionamos:

- A proposta deve considerar o valor com ou sem IPI?
- Como garantir que o benefício fiscal seja repassado ao CBMRO?
- Existe orientação específica para a formação do preço final?

2. ESTRUTURA DOS ITENS

- Como proceder com os diferentes quantitativos?

O edital apresenta:

- Itens 1 e 2: Ampla participação (9 e 3 unidades respectivamente)
- 4 unidades do CBMRO: Com direito à isenção

-11 unidades dos demais órgãos: Sem isenção

Questionamos:

-Como ofertar apenas as 4 unidades com isenção se os lotes possuem quantitativos maiores e menores? □ É possível participar apenas dos itens destinados ao CBMRO?

SOLICITAÇÃO

-Solicitamos esclarecimentos objetivos sobre:

1. Procedimento operacional para aplicação da isenção de IPI
2. Metodologia para formação de preços considerando o benefício fiscal
3. Responsabilidades de cada parte no processo (montadora, concessionária, órgão comprador)
4. Documentação necessária para garantir a isenção

JUSTIFICATIVA

-Estes esclarecimentos são essenciais para:

-Garantir participação adequada no certame

-Assegurar que o benefício legal seja efetivamente aplicado

-Evitar questionamentos posteriores sobre a aplicação da isenção

-Proporcionar segurança jurídica a todos os envolvidos

[...]"

2. RESPOSTA: A CBM, se manifestou por meio do Ofício - CBM-CPOFCOMPRAS (0063572434):

Pedido de Esclarecimento - Empresa "A" (0063549213)	Resposta
<p>1. FORMAÇÃO DE PREÇOS</p> <p>Como precificar a proposta considerando a isenção?</p> <p>Dado que:</p> <ul style="list-style-type: none">• O edital adota o critério de menor preço por item• A isenção não beneficia diretamente a concessionária• É vedada a apresentação de preços diferenciados <p>Questionamos:</p> <ul style="list-style-type: none">• A proposta deve considerar o valor com ou sem IPI? Os itens estão cadastrados separadamente, pois essa questão já foi debatida anteriormente, conforme Id da contratação. Ou seja, os itens 1 e 4, são destinados ao preço do mercado, enquanto os itens 3 e 5, destinados ao CBMRO, logo, com isenção de IPI. Portanto, os valores serão informados por cada licitante.• Como garantir que o benefício fiscal seja repassado ao CBMRO? O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) gera receita para o governo federal, contribuindo para o financiamento de serviços públicos e investimentos em infraestrutura, logo, a isenção deve ser solicitada diretamente a receita federal, no ato da compra por parte do licitante.• Existe orientação específica para a formação do preço final? Não, os valores são formados pelos próprios licitantes e de responsabilidade dos próprios.	<p>1. Procedimento operacional para aplicação da isenção de IPI</p> <p>O procedimento operacional deverá ser realizado mediante consulta a própria receita federal, pois não cabe a administração versar sobre, mas sim apenas aplicar o previsto na Lei, conforme o princípio da legalidade. Entretanto, deverá o licitante se atentar que a isenção será concedida APENAS nos seguintes requisitos e simultaneamente:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Os veículos devem ser adquiridos diretamente de estabelecimento industrial ou equiparado a industrial;2. Os veículos a serem adquiridos devem ser utilizados, quando destinados à utilização nas atividades dos Corpos de Bombeiros, em todo o território nacional.

2. ESTRUTURA DOS ITENS

Como proceder com os diferentes quantitativos?

O edital apresenta:

- Itens 1 e 2: Ampla participação (9 e 3 unidades respectivamente)
- 4 unidades do CBMRO: Com direito à isenção
- 11 unidades dos demais órgãos: Sem isenção

Questionamos:

- **Como ofertar apenas as 4 unidades com isenção se os lotes possuem quantitativos maiores e menores?**

Os itens estão cadastrados separadamente, pois essa questão já foi debatida anteriormente, conforme [Id da contratação](#).

Ou seja, os itens 1 e 4, são destinados ao preço do mercado, enquanto os itens 3 e 5, destinados ao CBMRO, logo, com isenção de IPI.

- **É possível participar apenas dos itens destinados ao CBMRO?**

Sim, os itens estão cadastrados separadamente, pois essa questão já foi debatida anteriormente, conforme [Id da contratação](#).

Ou seja, os itens 1 e 4, são destinados ao preço do mercado, enquanto os itens 3 e 5, destinados ao CBMRO, logo, com isenção de IPI.

SOLICITAÇÃO

Solicitamos esclarecimentos objetivos sobre:

1. Procedimento operacional para aplicação da isenção de IPI
2. Metodologia para formação de preços considerando o benefício fiscal
3. Responsabilidades de cada parte no processo (montadora, concessionária, órgão comprador)
4. Documentação necessária para garantir a isenção

JUSTIFICATIVA

Estes esclarecimentos são essenciais para:

- Garantir participação adequada no certame
- Assegurar que o benefício legal seja efetivamente aplicado
- Evitar questionamentos posteriores sobre a aplicação da isenção
- Proporcionar segurança jurídica a todos os envolvidos

3. Os veículos adquiridos devem ser portadores de características externas que permitam sua pronta identificação.

2. Metodologia para formação de preços considerando o benefício fiscal

Os itens estão cadastrados separadamente, pois essa questão já foi debatida anteriormente, conforme [Id da contratação](#).

Ou seja, os itens 1 e 4, são destinados ao preço do mercado, enquanto os itens 3 e 5, destinados ao CBMRO, logo, com isenção de IPI.

Portanto, os valores serão informados por cada licitante.

3. Responsabilidades de cada parte no processo (montadora, concessionária, órgão comprador)

Não cabe a administração versar sobre as responsabilidade de montadoras, concessionárias ou órgãos compradores, visto que as obrigações constam todas no termo de referência, anexo ao edital.

4. Documentação necessária para garantir a isenção

O procedimento operacional deverá ser realizado, mediante consulta a própria receita federal, pois não cabe a administração versar sobre, mas sim apenas aplicar o previsto na Lei, conforme o princípio da legalidade.

Atenciosamente,

Porto Velho–RO, *data e hora da assinatura eletrônica*.

FRANCISCO PINTO ANDRADE JÚNIOR - CEL BM

Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças - CPOF/CBMRO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia

Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil
Ordenador de Despesas

Considerando que os esclarecimentos acima, não alteram a formulação da proposta, fica mantido o prazo inicialmente estabelecido conforme segue:

DATA: 27 de agosto de 2025

HORÁRIO: 12h00min (horário de Brasília – DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto a Pregoeira e à Equipe de Apoio através do telefone (69) 3212-9243 ou pelo e-mail: coseg2.supel@gmail.com

Porto Velho - RO, 26 de agosto de 2025

BIANCA MATIAS DE SOUZA

Pregoeira da Comissão de Segurança Pública - COSEG2/SUPEL/RO

Portaria nº 174 de 7 de julho de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Matias de Souza, Pregoeiro(a)**, em 26/08/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063665516** e o código CRC **8FD1E80A**.

Referência: Caso responda este(a) Exame, indicar expressamente o Processo nº 0004.010417/2023-45

SEI nº 0063665516